



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680351 - SP (2021/0220262-0)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JOAO FINKLER FILHO - SP314826
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : AGNALDO INGINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AGNALDO INGINO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2131360-92.2021.8.26.0000).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática do delito previsto no art. 24-A da Lei n. 11.340/2006.

A impetrante sustenta que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal decorrente da conversão do flagrante em prisão preventiva sem fundamentação suficiente e da atipicidade da conduta, pois a vítima havia renunciado às medidas protetivas e se retratou.

Requer a concessão da ordem de *habeas corpus* pleiteada em favor do paciente para que seja relaxada a prisão preventiva decretada em seu desfavor, bem como para que seja determinado o trancamento do feito de n. 1505532-32.2021.8.26.0037.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente